
TRAJETÓRIAS DAS ESTRUTURAS PRODUTIVAS REGIONAIS E DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL NO COMEÇO DO SÉCULO XXI

*Trajectories of regional productive structures and economic deconcentration in Brazil at the
beginning of the 21st century*

Leonardo Rodrigues Porto

Economista. Doutor em Desenvolvimento Econômico. Professor Adjunto-Visitante. Universidade Estadual de Santa Cruz. Km
16 da Rodovia Jorge Amado, BR 415, Salobrinho. CEP: 45662-900, Ilhéus, Bahia, Brasil. lnrporto@gmail.com

Humberto Miranda

Economista. Doutor em Economia Aplicada. Professor Associado. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campi-
nas, rua Pitágoras, 353, Barão Geraldo. CEP: 13083-876, Campinas, São Paulo, Brasil. humbmn@unicamp.br

Resumo: Este artigo analisa a estrutura produtiva das regiões brasileiras entre os anos de 1996 e 2019, com ênfase no desempenho da Região Nordeste. Numa perspectiva analítico-descritiva, observou-se que o processo de desconcentração econômica no Brasil foi mais intenso nas regiões Norte e Centro-Oeste do que na Região Nordeste. Ademais, verifica-se que o ganho de participação do Nordeste deveu-se à base econômica herdada, pois o desempenho nordestino continuou inferior ao daquelas duas regiões, mesmo no curto período de aceleração do crescimento da economia brasileira (2005-2010). Busca-se, assim, mostrar as diferenças nas trajetórias econômicas regionais recentes e discutir as razões pelas quais o Nordeste continua dependente do desempenho econômico da Região Sudeste, apesar de ter melhorado sua participação no período. Conclui-se que não houve um aumento expressivo nos fluxos de capital produtivo da Região Nordeste, embora tenha havido expansão significativa do consumo interno.

Palavras-chave: região, produção, desconcentração, integração, Nordeste.

Abstract: This article analyzes the productive structure of Brazilian regions between 1996 and 2019, with emphasis on the performance of the Northeast Region. From an analytical-descriptive perspective, it was observed that the process of economic deconcentration in Brazil was more intense in the North and Central-West regions than in the Northeast Region. Furthermore, it is verified that the Northeast's gain in participation was due to the inherited economic base, since the Northeast's performance remained inferior to that of those two regions, even during the short period of accelerated growth in the Brazilian economy (2005-2010). Thus, the aim is to show the differences in recent regional economic trajectories and discuss the reasons why the Northeast remains dependent on the economic performance of the Southeast Region, despite having improved its participation during the period. It concludes that there was no significant increase in the flows of productive capital from the Northeast Region, although there was a significant expansion of domestic consumption.

Keywords: region, production, decentralization, integration, Northeast.

1 INTRODUÇÃO

Desde os anos 1990, diversos autores analisaram as transformações das regiões brasileiras e seu impacto na integração da economia nacional, visando compreender caminhos atuais para o desenvolvimento regional. O debate sobre a desconcentração regional e a fragmentação do tecido econômico tornou-se frequente, com a formulação de hipóteses teóricas gerais sobre esses processos.

Nos anos 1990, debatia-se sobre a entrada tardia do País na Terceira Revolução Industrial e seus efeitos espaciais. Depois, o foco passou a ser o tipo de inserção externa e o modelo de crescimento adotado. Nos anos 2000, a literatura crítica¹ avançou chamando a atenção para o processo de expansão da produção de bens primários em toda a América Latina, denominando-o de “*consenso de los commodities*” e para a ocorrência de um padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva. Autores desenvolvimentistas² chamavam a atenção para o caso brasileiro, observando o particular avanço do processo de reprimarização da economia. Há de comum nesse debate a intensificação da dependência externa, vista como problema ou oportunidade, consolidando um padrão de crescimento puxado pela exportação de *commodities*.

Considerando um longo período, entre os anos de 1996 e 2019, verifica-se que as trajetórias mais favoráveis de crescimento econômico das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em comparação às regiões Sul e Sudeste, apresentaram distinções. Observou-se que o Norte e o Centro-Oeste tiveram um crescimento mais intensivo em recursos naturais, porém, com menores articulações internas, concentrando-se no setor externo. O Nordeste, diversamente, experimentou um crescimento qualitativamente maior que o das outras duas regiões por causa do foco, sobretudo, em políticas de inclusão social. Para entender por que a Região Nordeste continua a reproduzir problemas estruturais históricos, analisa-se a forma particular como cada aparelho produtivo regional se articulou com o restante da economia.

Pode-se afirmar que o crescimento nordestino esteve basicamente relacionado à expansão do consumo e isso não se refletiu num aumento correspondente dos fluxos de capital produtivo, sem resultar numa mudança estrutural de relativa importância (Oliveira *et al.*, 2020). Nesse sentido, entender a característica multifacetada do processo de desconcentração econômica em seu estágio atual, através da análise das trajetórias econômicas regionais, ajuda a explicar boa parte do problema nordestino.

Tendo em conta a engrenagem do atual padrão de crescimento e as diversas oportunidades por ele criadas nas regiões, o presente artigo tem como objetivo analisar a estrutura produtiva das regiões brasileiras, com ênfase no caso nordestino, no período de 1996 a 2019. Na primeira seção, faz-se uma revisão de literatura a respeito do debate da fragmentação e da desconcentração econômica regional no Brasil. Em seguida, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados para a análise dos dados (seção 2). Nas seções seguintes, discute-se o ritmo de crescimento recente das economias regionais (seção 3) e a maneira pela qual se comportaram as estruturas produtivas regionais no período (seção 4). Por fim, apresenta-se uma reflexão, em caráter de proposição de uma agenda de pesquisa.

2 DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA E O PROCESSO DE FRAGMENTAÇÃO ESPACIAL NO BRASIL

A dinâmica de interação do aparelho produtivo nacional com o setor externo pode ter seus efeitos verificados tanto para o conjunto do País como para as economias regionais. De acordo com Macedo (2023), os movimentos da economia global e as políticas macroeconômicas que visavam a uma maior inserção externa da economia brasileira provocaram mudanças na estrutura produtiva, com impactos expressivos em sua dinâmica urbano-regional. Contudo, foi Pacheco (1998) quem observou que os problemas econômicos regionais de finais do século XX diziam respeito ao caráter fragmentário e espacialmente heterogêneo do desenvolvimento econômico recente.

¹ Ver Svampa (2013) e Bringer e Svampa (2023) e Osório (2021).

² Ver Cano (2012), Rossi *et al.* (2020) e Baltar *et al.* (2018).

Essa *fragmentação* manifestava-se tanto em momentos de crise econômica como nos curtos períodos de expansão, com tendência à perda dos nexos de complementariedade inter-regional construídos ao longo da segunda metade do século passado. Criticando tal entendimento, Cano (2008, p. 16) observa que a hipótese da fragmentação se baseava na existência de diferentes formas de inserção regional à dinâmica externa, com áreas beneficiadas por investimentos privados, sendo ela apenas uma tendência, dado que era preciso ter em conta os elos da economia nacional e se eles permanecem mais ou menos unidos.

De certo modo, Pacheco (1998, p. 263) também tratava como tendência o processo de fragmentação do espaço econômico nacional, ao discorrer sobre o “aumento maior dos diferenciais intrarregionais” e “surgimento de novos bolsões de pobreza em áreas anteriormente prósperas”. O autor defendeu que o movimento das economias regionais demonstrava “flagrante fragmentação da economia nacional” entre os anos de 1980 e de 1995, em vez de um “crescimento solidário nas regiões” (Pacheco, 1998, p. 226).

Tratava-se de um “componente de ruptura” ou de “problematização” nas formas de encadeamento das estruturas produtivas regionais desde os anos de 1980. Observa-se, no entanto, que Pacheco (1998) buscou apresentar os fatores condicionantes a esta tendência e às dificuldades de a contrapor. Contudo, a demonstração de que a “ruptura” tenha se dado carece de investigações mais completas sobre a integração dos setores produtivos nacionais, que permitiria “analisar com detalhe os efeitos perversos da política neoliberal sobre nossa estrutura produtiva” (Cano, 2008, p. 35).

Cabe considerar que o debate sobre a fragmentação e a heterogeneidade já fazia parte da obra de autores como Araújo (1997) e Guimarães Neto (1997). Ambos defenderam que essa heterogeneidade teria sido gestada ainda no movimento da industrialização brasileira e em face das políticas nacionais e regionais de desenvolvimento do período 1930-1980. Quer dizer, o País teria constituído um processo de desenvolvimento que articulava em seu espaço nacional “ilhas de produtividade” com áreas de relativa estagnação e de ocupação mais antiga. Todavia, com as políticas econômicas dos anos 1990, poderia haver uma fragmentação do tecido econômico construído e uma forte desarticulação do espaço nacional. De certa maneira, pode-se dizer que aquela tendência já se apresentava no próprio movimento estrutural da economia brasileira ao longo do tempo.

Entretanto, para Cano (2008), era preciso observar a continuidade dos principais elos da economia montados ao longo do século XX, sobretudo as relações entre a indústria de São Paulo com o restante da nação, o que se pode chamar de elo central. Se tal elo fosse rompido, era de se imaginar que o desempenho dos demais elos (as regiões) seria afetado. Nesse sentido, Cano (2008) defendeu dois movimentos para o desempenho urbano-regional brasileiro pós-1990: a) o primeiro enfatiza uma possível e relativa reconcentração espacial da produção em favor de São Paulo e adjacências em detrimento das demais regiões; b) o segundo alerta para o enfraquecimento da instituição capaz de contrarrestar a questão internacional e os efeitos “fragmentadores” do movimento da economia global, o Estado Nacional. Pode-se afirmar que os dois movimentos ocorreram por motivos diversos, como apontam os autores a seguir.

Santos (2005) e Diniz (1993) acrescentaram novos elementos à análise que ajudariam a entender os dois movimentos. O primeiro argumentou que seriam verificadas mudanças na composição técnica e orgânica do território, em face da necessidade de maciços investimentos em infraestrutura e das modificações no conteúdo da nova indústria. Já Diniz (1993) defendeu a tese de um *desenvolvimento poligonal* em que as principais aglomerações industriais do País se limitariam a um pequeno número de polos de crescimento nas regiões capazes de capturar a maior parte das atividades econômicas que fossem surgindo.

Mais recentemente, Abdal (2017, 2020) apontou para um movimento contrário ao da desconcentração produtiva, a partir dos anos 2000. De acordo com o autor, nesse período verificou-se a “manutenção dos padrões estruturais da distribuição da atividade econômica pelo território” (Abdal, 2020, p. 4). Isso é, existiram tendências setoriais à desconcentração em atividades intensivas em recursos naturais (terra, água, minérios etc.) ou em indústrias tradicionais, sem a devida correspondência na alteração dos eixos estruturais de produção do País, com o maior peso das regiões Sul e Sudeste.

Haveria, portanto, uma manutenção do padrão estrutural identificado por Diniz (1993), dado que não houve uma redistribuição regional da indústria (Abdal, 2017) entre os anos de 1999 e 2010. As novas áreas constituíram-se, principalmente, na extrapolação daquelas tradicionais já existentes, com exceção da indústria extrativa e dos setores de mais baixa tecnologia. Além disso, os movimentos de desconcentração só se manifestaram em ciclos de crescimento econômico e de elevação dos investimentos.

Os temas da desconcentração e da fragmentação econômicas no Brasil, entretanto, ganham ainda mais relevância mediante o avanço do processo de desindustrialização. De acordo com Morceiro e Guilhoto (2023), os setores manufatureiros mais prejudicados são aqueles intensivos em conhecimento e tecnologia, que tiveram uma “desindustrialização precoce”, com possibilidades de afetar a própria capacidade de inovação do sistema econômico. Para esses autores, os setores intensivos em trabalho também teriam se “desindustrializado”, porém, refletindo uma tendência normal de modernização e da dinâmica industrial recente.

Os efeitos regionais dessa mudança industrial aparecem nas análises de Monteiro Neto *et al.* (2020, 2021), de Abdal (2017, 2020) e de Sampaio (2015). Os primeiros observaram o fenômeno com base no que denominam de “aglomerações industriais relevantes” (AIRs), tratando da dinâmica do emprego nessa atividade. Daí, identificaram que a atividade industrial no Brasil permaneceu concentrada, de forma significativa, nas regiões Sul e Sudeste, entre os anos de 1995 e 2018, apesar do crescimento da indústria nas demais regiões, que passaram a contar com maior número de AIRs. Nos últimos anos, a recessão econômica levou a uma queda na trajetória do crescimento industrial, de modo que, entre 2015 e 2018, as AIRs reduziram seus níveis de produção e o volume do emprego por todo o território nacional.

Já Abdal (2017, 2020) destacou o surgimento de novas regiões no “mapa da indústria brasileira” durante os anos 2000, o que, segundo ele, dava continuidade ao processo de desconcentração industrial. Não obstante, esse movimento teria sido apenas marginal, pois essas novas áreas não são contíguas ou apenas desdobram-se de áreas produtoras tradicionais. O autor concluiu que os padrões estruturais de como se distribui a atividade econômica brasileira pelo seu território se mantiveram, com a espacialização ainda muito próxima daquela sugerida por Diniz (1993).

Por sua vez, Sampaio (2015) analisou a questão regional a partir dos processos de desindustrialização da economia brasileira. O autor entende a desindustrialização pelo aumento do *gap* tecnológico, pela desestruturação de cadeias produtivas, pela substituição do bem de produção nacional pelo produto importado e pelo caso mais extremo de fechamento das unidades produtivas. Do ponto de vista regional, Sampaio (2015) indicou que a indústria paulista sofreria tanto com a perda de densidade industrial – uma vez que possui o maior parque produtivo, a maior diversificação e os setores mais modernos – como pelo reordenamento do aparelho produtivo nacional, com economias regionais menos integradas à de São Paulo.

Considera-se, no entanto, que a conjugação dessas análises revela o peso relativo que as duas regiões de maior densidade industrial, Sul e Sudeste – com destaque para o estado de São Paulo –, ainda têm sobre o andamento da economia brasileira. Em função disso, o péssimo desempenho industrial do estado de São Paulo, agravado pelo quadro de desindustrialização, funciona como o “refreador” do crescimento econômico recente, pois condiciona as demais regiões a um crescimento limitado, de maneira oposta ao que já ocorreu no passado. Isso confirmaria o primeiro movimento apontado por Cano (2008), o qual seria reforçado pela forma como se deu a atuação (ou falta dela) do Estado. Portanto, mais que a prevalência de um deles, ambos os movimentos se combinaram.

Em resumo, exceto por São Paulo, as regiões brasileiras não conseguiram promover uma desconcentração industrial significativa por si mesmas (Abdal, 2017, 2020), registrando apenas avanços marginais devido à dispersão e à menor densidade das novas AIRs em comparação ao padrão pré-1980 (Monteiro Neto *et al.*, 2020, 2021). Ademais, a perda de conexões com a indústria paulista seria a situação mais grave, pois o crescimento da periferia regional carece do potencial endógeno que a expansão industrial anterior proporcionou. Na Região Nordeste, em particular, esse cenário é claro: seu crescimento acompanhou o nacional justamente pelas fortes conexões mantidas com a indústria do Centro-Sul, como se verá adiante.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo traçado neste texto, realizou-se uma análise descritiva das informações setoriais sobre a atividade econômica do Brasil e de suas cinco grandes regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste). Utilizou-se os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do Sistema de Contas Regionais (SCR), obtidos no site da própria instituição e, também, disponibilizados pela base de dados do Ipeadata (IPEA, 2024).

Procurou-se efetuar a análise em termos comparativos entre as grandes regiões e a economia nacional, de modo a respeitar a metodologia predominantemente utilizada pelos autores observados na revisão de literatura. Nesse sentido, o texto adotou uma abordagem histórico-estrutural, compreendendo os anos de 1996 a 2019, que correspondem ao período mais amplo de mudanças macroestruturais da economia brasileira e regional, respeitados os limites de tamanho da série temporal.

Do ponto de vista analítico, construíram-se números-índice para captar a evolução das seguintes variáveis: a) Produto Interno Bruto (PIB) real, a preços do ano de 2010 e tomando por base o ano de 1996 (=100); b) taxa média geométrica anual de crescimento do PIB real, com dados a preços de 2010; c) participação relativa no PIB real nacional, a preços de mercado, entre as grandes regiões; d) Valor Adicionado Bruto (VAB) real, a preços do ano de 2010 e tomando por base o ano de 2002 (=100); e) participação relativa no VAB, em valores nominais, segundo os setores de atividade econômica, entre as grandes regiões; f) participação relativa dos setores de atividade econômica no total do VAB setorial de cada região.

Além disso, formulou-se o indicador *VAB per capita* da administração pública, dado pela razão entre o VAB a preços correntes da seção de atividade *administração, segurança, educação e saúde públicas e seguridade social* e o tamanho da população das regiões. O intuito de adoção dessa unidade de medida foi o de verificar o grau de convergência do tamanho do setor da administração pública em cada região com a média nacional. Isso permitiu compreender alguns aspectos das estruturas produtivas regionais, sobretudo, no que se refere à maior ou menor dependência que uma região possa ter em relação a esse setor.

4 RITMO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO ENTRE AS GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS (1996-2019)

O debate realizado na seção 2 permite argumentar que o problema regional e urbano brasileiro persiste em seus aspectos principais. Tais aspectos manifestam-se pela generalização da pobreza e da miséria em todo o País, ao passo que características históricas do desenvolvimento das regiões não foram de todo superadas (Cano, 2017). Por sua vez, a Região Nordeste requer a superação do viés que a reduz a uma *região-problema*, em especial, porque a noção de “região autônoma, *lôcus* de uma dinâmica própria no seu movimento de acumulação de capitais” já não mais se aplica àquela realidade (Araújo, 2000, p. 37).

Com efeito, a dinâmica econômica dessa região, a partir dos investimentos e transformações ao longo da segunda metade do século XX, modificou o perfil da sua atividade produtiva, tornando-se mais integrada e articulada à economia nacional, acompanhando seus ciclos econômicos, porém, com diferenciações internas importantes. Ali, convivem áreas de expansão que abrigam estruturas modernas e dinâmicas, com áreas e segmentos econômicos tradicionais, que tornam sua realidade mais diferenciada e complexa (Araújo, 2014).

Carvalho (2014) apontou mudanças relevantes na trajetória de desenvolvimento do Nordeste, que combinou a expansão da renda com redução das desigualdades socioeconômicas, beneficiadas com as políticas sociais dos anos 2000, além dos efeitos de blocos de investimentos direcionados por políticas públicas federais. Isso reforçaria a presença do Estado como elemento estruturante da economia nordestina, mas que só cobre um aspecto do desenvolvimento recente da Região, a qual elevou a participação do setor privado em seu crescimento econômico (Araújo, 2014).

Na Tabela 1, verificam-se os índices de crescimento da economia do Nordeste, em comparação com o País e as demais grandes regiões, entre os anos de 1996 e 2019. Nesse período, a economia brasileira apresentou uma expansão de 48% (média de 1,7% a.a.). Entre as regiões, o Norte e o Centro-Oeste lideraram o crescimento, com desempenhos que fizeram com que suas economias regionais estivessem perto de dobrar de tamanho. O Nordeste também cresceu a taxas superiores à brasileira, permitindo-lhe uma expansão real de 65,5%. Por outro lado, a Região Sudeste apresentou desempenho muito fraco, bem inferior à média brasileira, com crescimento real de 33,4%, enquanto o Sul teve expansão levemente superior à do País, mas bem abaixo das outras três regiões de melhor performance.

Tabela 1 – Evolução do Produto Interno Bruto real a preços de mercado, segundo o Brasil e grandes regiões, 1996-2019 (1996=100 e preços de 2010)

Brasil e grandes regiões	PIB – número índice					
	1996	2000	2005	2010	2015	2019
Brasil	100,0	108,2	108,5	135,1	144,7	148,0
Norte	100,0	113,4	125,0	170,3	181,8	197,9
Nordeste	100,0	109,1	112,3	145,4	162,7	165,5
Sudeste	100,0	105,8	106,1	128,9	132,6	133,4
Sul	100,0	110,9	102,7	128,0	144,2	150,5
Centro-Oeste	100,0	115,1	122,9	160,4	184,2	193,7

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR)/IBGE; dados extraídos de IPEA (2024).

Esse desempenho regional teria condicionado um processo de desconcentração econômica aos moldes do que foi apontado por Cano (2008), tendo se aprofundado na última década. Trata-se, aqui, de um desempenho que decorre mais do péssimo desempenho econômico do estado de São Paulo, do que em função de um crescimento virtuoso nas demais porções do território. Mas essa hipótese não é suficiente para explicar o que aconteceu em cada uma das regiões no período investigado. No caso do Nordeste, seu desempenho foi superior ao do País e das regiões Sul e Sudeste, porém, com uma relativa distância do que ocorria no Norte e Centro-Oeste, conforme demonstrado na Tabela 2. Nota-se que o Nordeste se diferenciava dessas duas regiões, tendo reduzido essa distância somente nos anos 2000.

Tabela 2 – Taxa média geométrica anual de crescimento do Produto Interno Bruto real a preços de mercado, segundo o Brasil e grandes regiões e por períodos selecionados, 1996-2019 (preços de 2010)

Brasil e regiões	PIB – taxas médias anuais de crescimento								
	1996-2019	1996-2000	2000-2005	1996-2005	2005-2010	2000-2010	2010-2015	2010-2019	2015-2019
Brasil	1,7	2,0	0,1	0,9	4,5	2,3	1,4	1,0	0,6
Norte	3,0	3,2	2,0	2,5	6,4	4,2	1,3	1,7	2,1
Nordeste	2,2	2,2	0,6	1,3	5,3	2,9	2,3	1,5	0,4
Sudeste	1,3	1,4	0,1	0,7	4,0	2,0	0,6	0,4	0,2
Sul	1,8	2,6	-1,5	0,3	4,5	1,4	2,4	1,8	1,1
Centro-Oeste	2,9	3,6	1,3	2,3	5,5	3,4	2,8	2,1	1,3

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR)/IBGE; dados extraídos de IPEA (2024).

Entre 2000 e 2010, o Norte e o Centro-Oeste cresceram em ritmo mais acelerado, impulsionados pelo bom desempenho das exportações e de investimentos em infraestrutura. No mesmo período, as regiões Sul e Sudeste tiveram desempenho abaixo da média brasileira. Destaca-se, no entanto, o período 2005-2010, quando a economia brasileira cresceu à taxa anual de 4,5% e somente a Região Sudeste teve desempenho inferior, ainda assim com ritmo de 4,0% ao ano. Nesse recorte temporal, o Nordeste cresceu num ritmo anual de 5,3%, próximo ao desempenho do Centro-Oeste (5,5% a.a.) e bastante abaixo ao da Região Norte (6,4% a.a.).

A partir de 2010, as taxas de crescimento da economia brasileira e de suas grandes regiões reduziram-se bastante – a expansão nacional foi de apenas 9,5%, em termos reais. Esse baixo desempenho foi puxado, principalmente, pela performance da Região Sudeste (0,4% a.a.), que cresceu apenas 3,5% em

toda essa década. Já o Nordeste apresentou o segundo pior resultado entre as grandes regiões, enquanto o Centro-Oeste liderava o crescimento, favorecido pelo comportamento do agronegócio exportador.

Como resultado, entre 1996 e 2019, a participação do Nordeste no total da economia brasileira passou de 12,9% para 14,4%, com ganho só menor que o do Centro-Oeste, que aumentou 2,4 p.p. (Tabela 3). Essa região elevou sua contribuição ao PIB nacional de 7,8% em 1996 para 10,2% em 2019, traduzindo a expansão do agronegócio no cerrado brasileiro (Pires, 2021). Quanto ao Nordeste, seu desempenho foi suficiente apenas para recuperar a participação na economia brasileira que obteve na fase mais intensa do desenvolvimentismo nacional (1956-1973), mantendo, portanto, o mesmo tamanho relativo de meados do século XX.

Tabela 3 – Composição do Produto Interno Bruto real a preços de mercado, segundo o Brasil e grandes regiões, 1996-2019 (preços de 2010)

Brasil e grandes regiões	PIB - participação relativa					
	1996	2000	2005	2010	2015	2019
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,4	4,6	5,1	5,5	5,5	5,9
Nordeste	12,9	13,0	13,4	13,9	14,5	14,4
Sudeste	58,0	56,7	56,7	55,3	53,2	52,3
Sul	16,9	17,4	16,0	16,0	16,9	17,2
Centro-Oeste	7,8	8,3	8,9	9,3	9,9	10,2

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR)/IBGE; dados extraídos de IPEA (2024).

A Região Norte também teve ganho de 1,5 p.p., no período, mas com uma participação que passou de 4,4% para 5,9%. Embora com a menor participação entre as grandes regiões, esse desempenho traduz um novo padrão de crescimento regional, com maior intensidade no uso de recursos naturais (Miranda *et al.*, 2021). Já as regiões Sul e Sudeste tiveram desempenhos adversos. A Região Sul manteve uma participação estável e a Sudeste reduziu sua contribuição ao PIB nacional em 5,7 p.p., num intervalo de 23 anos – em que pese ainda deter 52,3% de toda a atividade econômica do País, em 2019.

Pelo exposto, o ritmo de crescimento do PIB das regiões Norte e Centro-Oeste até se afasta do ritmo nacional, embora este seja muito influenciado pelo que ocorre na Região Sudeste³. Já a Região Nordeste demonstrou um crescimento que acompanha o do País e que, principalmente, reflete sua maior integração com a economia sudestina, apesar de ter desempenho melhor.

O quadro implica a necessidade de se revelar os potenciais produtivos regionais para entender como essas regiões estão integradas ao aparelho produtivo nacional. Para o caso do Nordeste, isso pode levar a três alternativas: a) a Região não está mais tão integrada à economia brasileira porque cada vez mais seus vínculos e condicionantes são extraterritoriais e refletem a dinâmica externa (da economia global); b) ela ainda se integra, porém, com novos vínculos externos que condicionam seu padrão de integração à economia nacional; e c), o Nordeste continua bastante integrado à economia brasileira e ao seu mercado interno, sendo essa suas duas principais determinações, mesmo que tendo se inserido em múltiplas vinculações externas.

Em suma, o debate aqui é se o crescimento econômico do Nordeste se tornou, de fato, mais “fragmentado” e menos integrado à economia brasileira e à do Sudeste ou, apesar da tendência apontada na literatura sobre o tema, essa hipótese ainda não se concretizou? Para aprofundar essa questão, passa-se agora a discutir a estrutura setorial da atividade produtiva entre as grandes regiões brasileiras e como ela se comportou neste início de século XXI.

3 Em outros termos, é a Região Sudeste que puxa o crescimento brasileiro para baixo e não as demais que respondem pelo ritmo de crescimento do País? Ao considerar o peso relativo da economia do Sudeste, sobretudo, do estado de São Paulo, o primeiro caso parece o mais provável. É nesse sentido que Cano (2008) se referia à importância do desempenho da economia paulista para o restante da economia que, de certo modo, importa em termos de o aparelho produtivo nacional ainda conservar, ou não, elementos de integração.

5 TRAJETÓRIA RECENTE E TRANSFORMAÇÕES NAS ESTRUTURAS PRODUTIVAS REGIONAIS

De início, observa-se como evoluíram os setores de atividade econômica entre as regiões brasileiras, segundo os índices de crescimento real do valor adicionado bruto (VAB), entre 2002 e 2019 (Tabela 4). A resposta a essas questões passa pela observação do efeito devastador que se provocou sobre a indústria de transformação do País – processo iniciado desde finais dos anos 1980 (Morceiro; Guilhoto, 2023; Cano, 2017, 2014).

Tabela 4 – Evolução do valor adicionado bruto real, segundo os setores de atividade econômica e por grandes regiões, 2002-2019 (2002=100 e preços de 2010)

Setor de atividade econômica	Grandes regiões	Valor adicionado bruto - número-índice						
		2002	2005	2008	2010	2014	2016	2019
Agropecuária	Norte	100,0	118,0	110,7	115,4	145,1	146,2	158,3
	Nordeste	100,0	121,3	139,4	133,7	140,3	116,0	159,2
	Sudeste	100,0	110,7	124,0	125,7	129,7	139,1	142,5
	Sul	100,0	98,6	126,5	137,2	149,2	155,5	159,6
	Centro-Oeste	100,0	122,1	135,6	141,3	192,4	175,6	245,4
Indústria	Norte	100,0	126,8	147,8	162,4	183,6	161,1	168,3
	Nordeste	100,0	111,4	127,5	138,4	152,2	133,2	130,2
	Sudeste	100,0	109,6	123,8	128,2	129,6	117,5	114,9
	Sul	100,0	107,6	116,8	121,1	124,6	111,2	114,0
	Centro-Oeste	100,0	113,6	134,1	153,0	177,2	162,2	167,5
Indústria extrativa	Norte	100,0	132,3	157,2	175,0	206,0	222,6	181,7
	Nordeste	100,0	100,1	100,1	104,0	113,0	96,0	101,7
	Sudeste	100,0	111,0	128,1	145,7	152,3	162,0	153,6
	Sul	100,0	112,5	148,0	170,0	208,3	168,4	148,4
	Centro-Oeste	100,0	110,8	140,7	155,1	180,6	142,2	126,5
Indústria de transformação	Norte	100,0	130,6	146,9	152,1	161,7	135,3	153,5
	Nordeste	100,0	123,4	138,3	143,6	146,0	134,5	134,9
	Sudeste	100,0	112,8	127,2	124,0	118,0	101,3	102,4
	Sul	100,0	110,4	118,8	117,3	115,3	99,6	106,6
	Centro-Oeste	100,0	126,1	150,8	165,4	191,7	188,2	203,4
Serviços	Norte	100,0	119,8	135,5	149,8	172,0	163,7	176,4
	Nordeste	100,0	110,8	126,8	137,1	154,9	146,7	152,3
	Sudeste	100,0	108,7	127,3	137,4	149,2	141,4	146,2
	Sul	100,0	108,7	122,2	130,5	146,1	139,2	149,1
	Centro-Oeste	100,0	113,5	131,6	142,9	161,7	157,4	165,4
Administração pública ¹	Norte	100,0	114,4	124,5	134,8	146,6	146,2	147,0
	Nordeste	100,0	107,0	114,3	120,5	124,8	124,0	124,1
	Sudeste	100,0	107,9	114,6	121,4	127,2	128,0	126,4
	Sul	100,0	107,5	114,9	120,1	127,7	128,5	127,8
	Centro-Oeste	100,0	110,7	119,1	125,2	136,1	139,1	141,2

Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR), IBGE (2002-2019).

Notas: ¹ Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

Com efeito, o pífio desempenho apresentado pela indústria de transformação na Região Sudeste é um componente relevante do que ocorreu com a economia brasileira no período analisado e de seus reflexos regionais. Ali, no ano de 2019, esse setor era apenas 2,4% maior, em termos reais, do que o era no ano de 2002. Após um período de crescimento entre os anos de 2002 e 2008, embalado pela (e impulsionando a) economia brasileira, o setor manufatureiro da Região começou a apresentar quedas reais do VAB, piorando dramaticamente após a recessão econômica de 2015-2016. Houve uma perda relevante de participação relativa da Região na indústria de transformação nacional, conforme se verificará.

Com o segundo maior parque industrial entre as grandes regiões, o Sul não teve desempenho muito superior ao do Sudeste no período, agravando o quadro da manufatura brasileira. Em termos reais, o desempenho do setor na Região acompanhou as mesmas tendências verificadas no Sudeste, embora em níveis inferiores, o que revela alguma integração de seus parques produtivos e a prevalência da indústria sudestina. Já com a crise econômica, a manufatura do Sul teve desempenho melhor que no Sudeste, recuperando-se e justificando o ganho de participação relativa, ainda que bem abaixo das demais regiões.

Por sua vez, o Centro-Oeste apresentou o melhor desempenho da indústria de transformação no período, dobrando seu tamanho e elevando sua participação relativa entre as grandes regiões, ainda que seja uma participação baixa, como demonstrado na Tabela 5. Seu desempenho foi puxado pela dinâmica do setor agropecuário, que provocou o crescimento da agroindústria. Assim, a manufatura regional somente sofreu uma pausa no crescimento com a crise econômica que ocorreu a partir de meados dos anos de 2010, quando obteve uma queda acumulada de -1,8% entre os anos de 2014 e 2016, recuperado no período seguinte (2016-2019).

Tabela 5 – Participação relativa do valor adicionado bruto, em valores nominais, segundo os setores de atividade econômica e por grandes regiões brasileiras (2002-2019) (Brasil=100, %)

	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	2002	2019	2002	2019	2002	2019	2002	2019	2002	2019
Total das atividades	4,8	5,9	13,5	14,4	56,5	52,3	16,4	17,2	8,9	10,2
Agropecuária	7,9	10,6	20,9	19,3	27,7	21,5	27,6	27,6	15,9	21,1
Indústria	5,1	7,4	11,7	12,2	59,7	54,3	18,1	19,6	5,5	6,5
Indústrias extrativas	7,3	18,5	12,9	4,3	76,2	75,1	1,8	1	1,8	1,2
Indústrias de transformação	4,7	4,4	9	10,8	60,8	54,6	21,5	24,4	4	5,8
SIUP ¹	4,9	10,8	13,7	20	51,7	40	20,9	19,3	8,7	9,9
Construção	5,2	6,2	16,5	16,4	56,3	48,8	13,9	18,8	8,2	9,9
Serviços	4,5	5,1	13,4	14,8	57,9	53,7	14,7	15,8	9,5	10,6
Comércio ²	4,8	5,5	14,6	14,8	53,8	51,8	19,3	19	7,4	8,9
Transporte ³	3,7	3,9	11,6	12,4	60,4	59,9	17,2	16,8	7,1	7,1
Alojamento e alimentação	5,1	5,5	15	19	57,7	50,6	14,2	16,2	8	8,8
Informação e comunicação	1,8	1,8	9,8	7,4	69,6	69,9	12,4	14,7	6,4	6,2
Atividades financeiras ⁴	1,2	2,1	6,7	7,6	70,7	66,5	11,5	11,5	10	12,3
Atividades imobiliárias	5,3	5	13,7	14,3	56,5	55,3	17	16,6	7,6	8,7
Atividades profissionais ⁵	2,6	2,9	9,4	11,3	69	63,1	12,3	15,3	6,8	7,4
Administração pública ⁶	7,3	8,7	19,2	21,4	45,8	39,4	12,4	14	15,2	16,5
Educação e saúde privadas	3	3	12,8	13,9	60,1	55,7	18	18,8	6,1	8,6
Outras atividades de serviços	4,3	4,4	11,6	13,6	60,1	56,4	15,7	16,1	8,3	9,6

Fonte: Sistema de Contas Regionais, IBGE (2002-2019).

Notas: ¹ Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; ² Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; ³ Transporte, armazenamento e correios; ⁴ Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; ⁵ Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; ⁶ Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

Já em ritmo bem menos acelerado, a indústria de transformação da Região Norte obteve crescimento real acima da média, e o desempenho só não foi melhor porque a Região sofreu revés mais acentuado durante a crise, recuperando-se nos anos seguintes. Tal desempenho reforça a característica incipiente da manufatura regional, em que 89,3% de todo o seu VAB esteve concentrado nos estados do Amazonas (71,5%) e Pará (17,8%), no ano de 2019, com o destaque para a Zona Franca de Manaus, no primeiro.

Por fim, a indústria de transformação do Nordeste manteve o padrão de seu nível geral de atividade econômica, em que o desempenho intermediário ficou acima do Sul e Sudeste, mas aquém do Norte e Centro-Oeste. É sabido que, historicamente, a indústria nordestina foi sempre mais integrada à do Sudeste, traduzindo o período da industrialização brasileira e das políticas regionais de meados do século XX. Vale observar que, em 2019, o setor manufatureiro do Nordeste era 7,6% inferior ao tamanho

observado no ano de 2014, demonstrando as dificuldades de recuperação após o período de recessão econômica. Com esse desempenho, a participação relativa da indústria de transformação do Nordeste sobre o total do País passou de 9,0% em 2002 para 10,8% em 2019.

Esse desempenho, associado ao das demais regiões, está mais associado a uma complicada estagnação industrial do Sudeste do que a um alto dinamismo regional, talvez com a exceção da Região Centro-Oeste, como se viu. Mas a indústria de transformação não é o único setor a explicar a dinâmica das economias regionais brasileiras nesse período. Com efeito, a agropecuária, a indústria extrativa, a indústria de transformação e a administração pública passaram a se comportar como vetores de crescimento econômico importantes associados a determinados espaços do território brasileiro, o que corrobora a análise de Brandão (2019)⁴.

O tamanho regional desses setores tem menos relação com os respectivos tamanhos relativos de suas economias (participação no PIB nacional) e mais com os vetores de crescimentos, mais relevantes, apontados acima. Assim, as demais atividades ou têm participação com forte aderência ao tamanho relativo das economias regionais – mas que não “ativam” o crescimento –, ou têm características espaciais que favorecem a sua concentração.

Dentro do setor terciário, a principal exceção ocorre com o VAB da administração pública, que não demonstra ter aderência com o tamanho de cada economia ou com o ritmo de crescimento regional. Suas taxas regionais de crescimento têm maior relação com os respectivos tamanhos populacionais. No Gráfico 1 e na Tabela 6, demonstra-se que a participação de cada região no tamanho da população costuma acompanhar a distribuição regional dessa atividade.

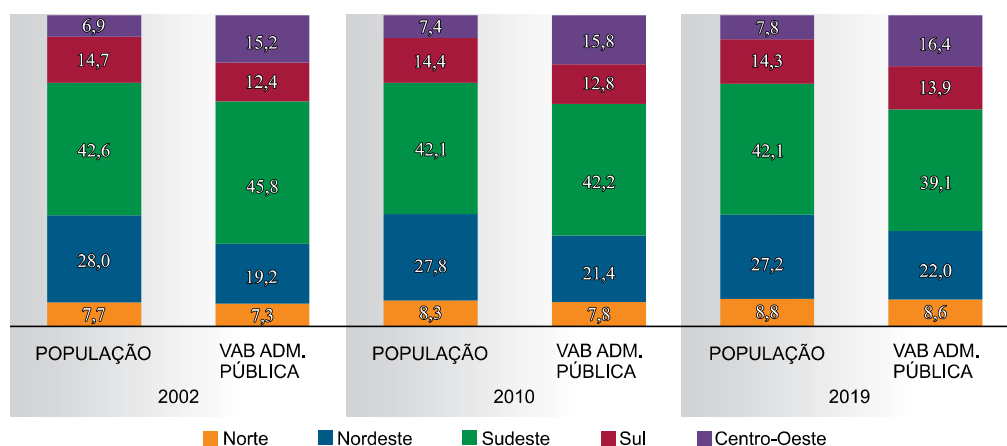
Essa correlação resulta de dois aspectos vinculados à natureza desse tipo de atividade: a) o volume de repasses e transferências intergovernamentais segue a estimativa da população, fazendo com que as atividades desempenhadas pelo setor público tenham distribuição *per capita* muito semelhantes pelo território; b) a prestação de serviços da administração pública precisa atender, equitativamente, a toda a população, respondendo a dispositivos legais e à essência do setor público, daí que seu VAB responderá às mesmas determinações sociais.

Nesse caso, as exceções do Centro-Oeste e Nordeste apenas confirmam a regra. A primeira manteve-se, em média, com o dobro de sua participação no VAB da administração pública do País, em relação à participação de sua população no total nacional. Com isso, o VAB *per capita* da administração pública foi de R\$ 11,2 mil, em 2019, algo duas vezes maior que o verificado no País. Esse desempenho deve-se à localização do Distrito Federal naquela região, que concentra o conjunto das atividades administrativas desenvolvidas pela União.

Como as regiões Norte, Sul e Sudeste mantiveram participações semelhantes entre a administração pública e suas populações, surpreende que a diferença do Centro-Oeste se dê, exclusivamente, sobre o Nordeste. Isso porque a Região costuma ser vinculada a um discurso de alta dependência do setor público. No ano de 2019, o VAB *per capita* da administração pública no Nordeste representou apenas 78,9% da média brasileira, embora se possa destacar que, no período, houve uma tendência generalizada à convergência desse indicador entre as grandes regiões, o que reforça os aspectos destacados sobre esse setor.

⁴ O autor assumia que os impactos territoriais das transformações socioeconômicas vivenciadas pelo País ainda não estavam sendo “plenamente captados” em suas dinâmicas e propôs uma tipologia do território nacional baseada nos tipos de investimentos e de territórios impactados por cada um deles (Brandão, 2019).

Gráfico 1 – Participação relativa da população e do valor adicionado bruto pela Administração Pública (APU), segundo as grandes regiões, nos anos de 2002, 2010 e 2019



Fonte: Estimativas de População/IBGE, 2002-2019; Censo Demográfico, 2010/IBGE; Sistema de Contas Regionais (SCR)/IBGE, 2002-2019.

Nota: Para o ano de 2010, a informação é de população residente e não a estimada.

Tabela 6 – Valor adicionado bruto *per capita* da administração pública, em valores correntes, segundo Brasil e grandes regiões, e seu grau de convergência regional ao Brasil (=100) em 2002, 2010 e 2019

Brasil e regiões	VAB Adm. Pública per capita (R\$)			Grau de convergência (%)		
	2002	2010	2019	2002	2010	2019
Norte	1.128	2.672	5.211	94,1	94,8	99,0
Nordeste	825	2.108	4.154	68,8	74,8	78,9
Sudeste	1.288	2.848	4.931	107,4	101,0	93,7
Sul	1.012	2.529	5.167	84,4	89,7	98,2
Centro-Oeste	2.637	6.076	11.189	219,9	215,5	212,6
Brasil	1.199	2.820	5.263	100,0	100,0	100,0

Fonte: Estimativas de População/IBGE, 2002-2019; Censo Demográfico, 2010/IBGE; Sistema de Contas Regionais (SCR)/IBGE, 2002-2019.

Nota: Para o ano de 2010, a informação é de população residente e não a estimada.

Diante disso, o Nordeste seria menos dependente da Administração Pública que as demais regiões? Esse também não parece ser o caso. O que ocorre é que a possível dependência do Nordeste com relação ao gasto público só se manifesta, justamente, segundo as variáveis de gasto e/ou de renda, mas não pela ótica da produção. Isso desautoriza a antiga tese de que ali haveria uma “economia sem produção” (Gomes, 2001; Araújo; Lima, 2009). Vale lembrar, ainda, que o Nordeste foi a região com a menor expansão desse setor, entre os anos de 2002 e 2019.

Quanto à indústria da construção, revelou-se uma característica espacial importante para se discutir o caso do Nordeste. Embora esse setor acompanhe o nível da atividade econômica, na Região identificou-se participação mais elevada no total das atividades, indicando uma tendência regional de concentração. Isso parece ser o resultado de uma característica locacional que é a ocorrência de mão de obra regional mais abundante e mais barata que em outras regiões. Porto e Macedo (2021) já haviam identificado esse fenômeno para as três metrópoles nordestinas (Fortaleza, Recife e Salvador) que, no ano de 2014, estavam entre os maiores contingentes de empregos formais na construção civil, em todo o País.

Por fim, os desempenhos regionais da agropecuária e da indústria extrativa refletem bem a trajetória da economia brasileira e seus componentes espaciais, em todo o período. Trata-se de um crescimento econômico associado ao bom desempenho das *commodities* e à demanda mundial por bens primários neste início de século XXI, cujas repercussões territoriais são bastante evidentes. Com efeito, entre os anos de 2002 e 2019, apenas a Região Norte teve desempenho da agropecuária inferior aos demais grandes setores, com exceção de sua indústria de transformação. Já na Região Sudeste, a indústria extrativa teve crescimento superior ao da sua agropecuária. Nas demais regiões, o mais alto desempenho do setor produtor de bens primários é um forte indicativo do que foi a dinâmica urbano-regional nesse período.

Juntos, o Norte e o Sudeste concentravam 93,6% da indústria extrativa nacional, configurados pelas características técnicas e econômicas do setor, que têm forte componente locacional, isto é, cuja atividade se dá nos espaços onde estão as bases de recursos naturais. Por sua vez, o Centro-Oeste apresentou o mais alto crescimento do VAB da agropecuária, entre 2002 e 2019, cuja performance permitiu aumento real de 145,4%, muito acima da segunda colocada, a Região Sul, que cresceu 59,6%. Com isso, a participação da agropecuária do Centro-Oeste no total nacional saltou de 15,9% em 2002 para 21,1%, em 2019, consolidando o perfil produtivo da Região. Embora o Centro-Oeste tenha a participação no VAB da agropecuária ainda abaixo das verificadas nas regiões Sudeste (21,5%) e Sul (27,6%), o seu desempenho sintetiza um longo processo de transformação da agricultura e do próprio perfil recente da economia brasileira.

Nesse período, o Nordeste manteve estável sua participação no total nacional da agropecuária, embora com redução de 1,6 p.p., em 17 anos. Com isso, a Região perdeu para o Centro-Oeste a terceira colocação na produção agrícola do País. De todo modo, sua participação na agropecuária brasileira continua muito superior à sua participação no total das atividades econômicas. Em termos desagregados, o maior destaque no interior da Região ocorre em sua área de cerrado – que é a porção nordestina do MATOPIBA⁵ –, conforme discutido por autores como Pereira (2019) e Buainain e Garcia (2015), que apontam a alta capacidade de produção de grãos dessa região.

Reúnem-se, agora, os elementos necessários para avaliar o que ocorreu internamente com as estruturas produtivas regionais no período analisado (Tabela 7). Embora com maior foco na distribuição das atividades econômicas do Nordeste, é possível notar a redução do tamanho relativo da agropecuária em todas as regiões do País, apesar das já apontadas altas taxas de crescimento do setor. Isso se deu, inclusive, com a Região Centro-Oeste. Já o Nordeste apresentou a maior redução da participação da agropecuária em sua estrutura econômica.

Entre os grandes setores da economia, também houve redução do tamanho relativo da indústria nos totais de cada região. O Norte chegou a apresentar crescimento, influenciado pelo comportamento da indústria extrativa, mas voltou a reduzir o tamanho relativo de sua indústria. Isso porque, diferente da extrativa, a indústria de transformação regional reduziu bastante seu tamanho relativo. As maiores reduções da indústria deram-se nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, cujas razões internas foram diferenciadas, com as duas primeiras reduzindo o tamanho relativo de sua manufatura. Já o Nordeste teve desempenho influenciado pela redução na participação da construção civil, assim como ocorreu com o Centro-Oeste.

Tabela 7 – Participação relativa dos setores de atividade econômica no total do valor adicionado bruto, segundo as grandes regiões brasileiras, entre os anos de 2002 e 2019 (Total das atividades=100)

	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	2002	2019	2002	2019	2002	2019	2002	2019	2002	2019
Total das Atividades	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Agropecuária	10,4	8,8	10,0	6,5	3,1	2,0	10,8	7,8	11,5	10,1
Indústria	27,6	27,6	23,0	18,5	27,9	22,6	29,1	24,8	16,3	13,8
Indústrias extrativas	3,1	9,0	1,9	0,9	2,7	4,1	0,2	0,2	0,4	0,3
Indústrias de Transformação	14,1	8,9	9,7	9,0	15,6	12,5	19,0	17,0	6,5	6,8
SIUP ¹	3,5	5,5	3,5	4,2	3,1	2,3	4,3	3,4	3,4	2,9
Construção	7,0	4,1	7,9	4,4	6,4	3,7	5,5	4,3	6,0	3,8
Serviços	62,0	63,6	67,1	75,0	69,0	75,4	60,1	67,3	72,2	76,1
Comércio ²	7,7	12,2	8,4	13,3	7,4	12,8	9,1	14,3	6,5	11,3
Administração pública ³	24,8	25,7	23,6	25,9	13,4	13,1	12,5	14,2	28,4	28,1
Demais serviços	29,5	25,7	35,1	35,8	48,2	49,5	38,5	38,8	37,3	36,7

Fonte: Sistema de Contas Regionais, IBGE (2002-2019).

Notas: ¹ Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; ² Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; ³ Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

5 Além de todo o estado do Tocantins, na Região Norte do País, essa área compreende porções do território da Bahia (oeste), do Maranhão (sul e nordeste) e do Piauí (sudeste), conforme imposto pelo Decreto nº 8.447/2015.

Desse modo, os serviços foram o grande setor da economia que elevou o tamanho de sua participação relativa no total das economias regionais. O Nordeste apresentou a maior elevação, influenciado pelas atividades de comércio e da administração pública. Isso nos leva a destacar dois aspectos sobre o desempenho do setor terciário na estrutura econômica do Nordeste. Em primeiro lugar, a performance dessas duas atividades na Região constitui um importante componente da expansão urbana, o que também vale para o fato de o Nordeste ter mantido o tamanho relativo de sua manufatura. Em segundo, houve uma maior diversificação nos padrões de consumo e de renda regionais do que na sua estrutura produtiva, aspecto que condicionou o primeiro.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o desempenho da Região Nordeste neste início de século XXI não permitiu superar a sua heterogeneidade estrutural, o que corresponde ao demonstrado por Oliveira *et al.* (2020). Em particular, o desempenho das atividades de comércio indica a expansão regional do consumo e corrobora a nossa hipótese de que ali o crescimento se deu via inclusão social, baseado na elevação da renda monetária e do consumo de massa. Isso pode ser mais bem apreciado com a avaliação dos níveis de atividade econômica segundo a hierarquia urbana das cidades na Região, bem como pelo que ocorreu com os padrões de renda e de consumo regionais no período.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo discutir as diferentes trajetórias das estruturas produtivas regionais do País, com atenção especial ao caso do Nordeste. Essa discussão mostra-se fundamental para a compreensão da dinâmica urbano-regional nordestina, seu padrão de crescimento e determinações econômico-espaciais. Uma característica associada à sua trajetória das últimas décadas é o perfil socioeconômico, que teve como elemento predominante o funcionamento do setor de Serviços, algo que lança um desafio à capacidade que esse setor tem de absorver as necessidades da população e de absorver a sua mão de obra.

Em outras palavras, o ritmo e o sentido do processo de urbanização da Região Nordeste colocam-se como aspectos centrais do que ocorreu ali durante o período analisado. Isso também leva a uma problematização do caráter de seu desenvolvimento regional, relativo aos padrões de renda e de consumo que se verificaram após 1990. De fato, o desempenho das atividades de comércio no Nordeste indica que houve uma expansão do consumo na Região, influenciado por um padrão de crescimento que se deu via expansão da renda monetária, diferente do que predominou nas demais regiões. Por outro lado, a maior diversificação dos padrões de consumo e da renda regionais se deu sem que houvesse uma correspondente mudança da sua estrutura produtiva.

Nesse contexto, com as mudanças que a economia brasileira e as regionais sofreram pós 2014-2015, as áreas do Nordeste que passaram a conter alguns *fluxos de riqueza* nos primeiros anos do século XXI, podem retroagir aos velhos *fluxos de pobreza*, condenando-as à eterna dependência das velhas capitais do estado. Isso nos traz de volta à discussão sobre as estruturas produtivas regionais e seus níveis de integração. Com efeito, podemos dizer que as economias regionais ainda estão (fragilmente) integradas, cuja tendência à fragmentação manifesta-se num crescimento regional muito baixo.

Tal comportamento se difere da trajetória passada do desenvolvimento do Nordeste, quando o crescimento industrial estimulava as performances das grandes regiões, que tinham suas atividades mais ou menos vinculadas ao “core” ou centro dinâmico do crescimento econômico. Porém, o desempenho comparado da economia brasileira e das economias regionais entre os anos de 2005 e 2010 apontou para possibilidades efetivas de uma política de desenvolvimento regional. Isso, contudo, ainda aguarda a construção de uma agenda mais ampla de inclusão produtiva combinada com políticas de inclusão social e articulada a processos de reindustrialização.

Vale observar, além disso, que em todo o período analisado, o quinquênio 2005-2010 foi o de melhor desempenho do País e das regiões, com destaque à sustentação dada pelo crescimento do Sudeste, particularmente, da sua indústria. Assim, embora o setor primário nacional apresentasse alto crescimento puxado pelo setor exportador, ele não se mostrou suficiente para estimular o conjunto da economia brasi-

leira e de suas partes. A indústria de transformação, por outro lado, mostrou-se ainda capaz de fazer isso, dada sua possibilidade de articular os vínculos de solidariedade regional que, porventura, ainda existam.

REFERÊNCIAS

- ABDAL, A. Desenvolvimento regional no Brasil contemporâneo: para uma qualificação do debate sobre desconcentração industrial. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 36, n. 02, p. 106-127, jul. 2017. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202005>
- ABDAL, A. Trajetórias regionais de desenvolvimento no Brasil contemporâneo: uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 12 fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.25091/S0101-3300201700020006>
- ARAÚJO, T. B. de. Nordeste, nordestes: que Nordeste? In: ARAÚJO, T. B. (org.). **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan Fase, 2000.
- ARAÚJO, T. B. de. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, P. F. *et al.* (Orgs.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 572.
- ARAÚJO, L. A.; LIMA, J. P. R. Transferências de renda e empregos públicos na economia sem produção do semiárido nordestino. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 33, p. 45-77, dez. 2009. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/153/168>. Acesso em: 25 out. 2022.
- ARAÚJO, T. B. D. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p. 7-36, abr. 1997. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000100002>
- BALTAR, P. E.; SOUEN, J.; CAMPOS, G. Emprego e distribuição de renda. In: CARNEIRO, R.; BALTAR, P. E.; SARTI, F. (Orgs.). **Para além da política econômica**. São Paulo: Unesp Digital, 2018.
- BRANDÃO, C. A. As ausências e elos faltantes das análises regionais no Brasil e a proposição de uma agenda de pesquisa de longo prazo. **Texto para Discussão (IPEA)**, n. 2461, 2019a. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9117>. Acesso em: 27 out. 2022.
- BRANDÃO, C. A. Mudanças produtivas e econômicas e reconfiguração territorial no Brasil no início do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 21, n. 2, p. 258, 11 abr. 2019b. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n2p258>
- BRINGEL, B.; SVAMPA, M. Del “Consenso de los Commodities” al “Consenso de la Descarbonización”. **Revista Nueva Sociedad**, n. 306, p. 51-70, 2023. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/306-del-consenso-de-los-commodities-al-consenso-de-la-descarbonizacion/>. Acesso em: 28 set. 2023.
- BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Evolução recente do agronegócio no cerrado nordestino. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 23, n. 1, p. 166-195, 2015. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/439>. Acesso em: 28 out. 2022.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil (1970-2005)**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, número especial, p. 831–851, dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400006>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CANO, W. (Des)industrialização e (sub)desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 9, n. 15, p. 139-174, 2014. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/118>. Acesso em: 27 ago. 2022.

_____. Brasil - construção e desconstrução do desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 265-302, ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n2art1>

CARVALHO, C. P. DE O. O novo padrão de crescimento no Nordeste semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 3, p. 160-184, 2014. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/125/104>. Acesso em: 10 set. 2022.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, v. 3, n. 1, p. 35-64, [s.d.]. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2306>. Acesso em: 28 set. 2023.

GOMES, G. M. **Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do semiárido e dos cerrados nordestinos**. Brasília, DF: IPEA, 2001.

GUIMARÃES NETO, L. Trajetória econômica de uma região periférica. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p. 37-54, abr. 1997. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000100003>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipeadata: Dados macroeconômicos e regionais**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 21 fev. 2024.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 1, p. 189-207, mar. 2017. <https://doi.org/10.1590/0101-31572016v37n01a10>

MACEDO, F. C. **Desenvolvimento regional no Brasil no século XXI**. Campina Grande: EDUEPB, 2023.

MIRANDA, H.; MICHELOTTI, F.; GOMES JÚNIOR, E. Crise e impasses estruturais na Amazônia brasileira: algumas notas sobre a problemática do avanço da fronteira pós-1970. In: SANTOS, A. Q. *et al.* (Orgs.). **Wilson Cano: a questão regional e urbana no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Expressão Popular/ABED, 2021.

MONTEIRO NETO, A.; SILVA, R.; SEVERIAN, D. Perfil e dinâmica das desigualdades regionais do Brasil em territórios industriais relevantes. In: MONTEIRO NETO, A. (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020. v. 2.

_____. A dinâmica territorial do emprego das aglomerações industriais na crise econômica recente (2015-2018). In: MONTEIRO NETO, A. (Org.). **Brasil, brasis: reconfigurações territoriais da indústria no século XXI**. Brasília, DF: IPEA, 2021.

MORCEIRO, P. C.; GUILHOTO, J. J. M. Sectoral deindustrialization and long-run stagnation of Brazilian manufacturing. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 43, n. 2, p. 418-441, abr. 2023. <https://doi.org/10.1590/0101-31572023-3340>

OLIVEIRA, F. C.; MACHADO, D. C.; MATTOS, F. A. M. Dinâmica econômica e heterogeneidade estrutural na região Nordeste do Brasil entre 2003 e 2015. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, n. 4, p. 31-46, 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1020>. Acesso em: 28 set. 2023.

OSORIO, J. America Latina bajo el nuevo patrón exportador de especialización productiva. In: MOLINA, P. V. (Org.). **Dilemas del trabajo y las políticas laborales: entre el Neoliberalismos y Buen Vivir en América Latina en el Siglo XXI**. Santiago, Chile: Ariadna Ediciones, 2021.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas, SP: Instituto de Economia - UNICAMP, 1998.

PEREIRA, C. N. Estrutura agrária no MATOPIBA: a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Boletim regional, urbano e ambiental**, n. 21, p. 75-86, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9662?mode=full>. Acesso em: 28 set. 2023.

PIRES, M. J. S. O grau de heterogeneidade da estrutura da produção agrícola regional: um olhar específico para a região Centro-Oeste segundo os censos agropecuários 1995, 2006 e 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 52, n. 3, p. 83-94, [s.d.]. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/1250>. Acesso em: 28 set. 2023.

PORTO, L. R.; MACEDO, F. C. Desempeño regional del mercado de trabajo formal en Brasil (2002-2018). **Semestre Económico**, v. 24, n. 56, p. 299-323, 30 jul. 2021. <https://doi.org/10.22395/seec.v24n56a13>

ROSSI, P.; MELLO, G.; BASTOS, P. P. Z. The Growth Model of the PT Governments: A Furtadian View of the Limits of Recent Brazilian Development. **Latin American Perspectives**, v. 47, n. 1, p. 100-114, 1 jan. 2020. <https://doi.org/10.1177/0094582X19891700>

SAMPAIO, D. P. **Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da USP, 2005.

SVAMPA, M. “Consenso de los commodities” y lenguajes de valoración en America Latina. **Revista Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30-46, abr. 2013. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>. Acesso em: 28 set. 2023.